

The logo consists of the letters 'IAPE' in a bold, white, sans-serif font. The 'I' and 'A' are connected, as are the 'P' and 'E'. The background features a dark grey field with a fine, repeating pattern of small circles, and is framed by diagonal gold-colored bands at the top-left and bottom-right corners.

# IAPE

INSTITUTO DOS ADVOGADOS PREVIDENCIÁRIOS  
CONSELHO FEDERAL

[site.iape.com.br](http://site.iape.com.br)

# **Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa**

## **As consequências da Reforma da Previdência na Vida das Mulheres**

Expositora: **Luciana Moraes de Farias**

Advogada e Parecerista na área previdenciária e acidentária, Presidente do Instituto dos Advogados Previdenciários – IAPE, Mestre em Direito Previdenciário pela PUC/SP, Especialista em Direito Processual Civil pela PUC/SP, Professora Universitária e de Pós Graduação, Palestrante do Departamento de Cultura e Eventos da OAB/SP, autora do livro Auxílio-Acidente pela Ltr e artigos jurídicos.

# Reforma Previdenciária a conta gotas

Principais alterações já efetivadas

- Fórmula 85/95
  - Manutenção da diferenciação na idade entre Homens e Mulheres
- Pensão por morte para “viúva jovem”
  - companheira e cônjuge
- Carência
  - Extinção da possibilidade de reingresso no sistema com a contribuição de 1/3 da carência



# A Grande Reforma Previdenciária

Principais alterações trazidas pela 287/2016

- Aposentadorias urbanas e rurais
  - Idade mínima: Homem e Mulher 65 anos
  - Tempo mínimo de Contribuição: 25 anos
- Aposentadoria por invalidez – valor: 50% +1% a cada ano trabalhado
- Extinção da Aposentadoria por idade
- Extinção da Aposentadoria por Especial
  - Não será mais possível a conversão do tempo especial em comum

# A Grande Reforma Previdenciária

Principais alterações trazidas pela 287/2016

- Benefício Assistencial
  - Idade para Homem e Mulher passará a ser 70 anos
- Não cumulação
  - Aposentadoria com Pensão por morte
  - Mais de uma aposentadoria para o servidor

# Inconstitucionalidade da PEC 287/2016

- *“Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:*
- *(...)*
- *§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:*
- *(...)*
- *IV - os direitos e garantias individuais.”*

**Direitos e garantias individuais são os direitos fundamentais, aí compreendidos os direitos sociais e constituem sempre limites ao poder de reforma constitucional.**



# Inconstitucionalidade da PEC 287/2016

- “Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)
- I - cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada;”

# Inconstitucionalidade da PEC 287/2016

## Princípio da Universalidade da cobertura:

- *Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.*
- *Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:*
- *I - universalidade da cobertura e do atendimento;*



# Retrocesso Social

- Princípio da proibição do retrocesso - impede que sejam desconstituídas as conquistas já alcançadas pelo cidadão
- O Estado passa a estar obrigado a abster-se de atentar contra a realização dada ao direito social.

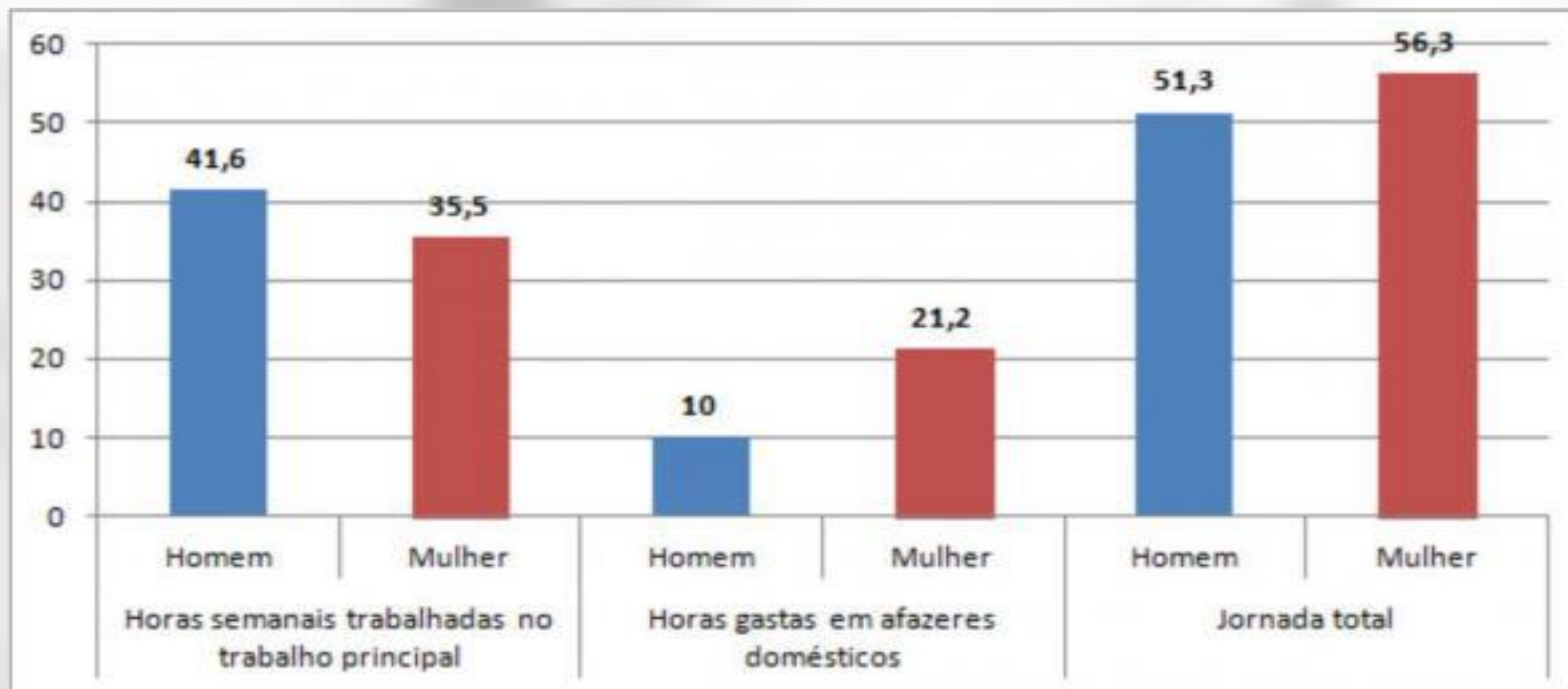
# A mulher na PEC 287/2016

- A elevação da idade mínima para a aposentadoria da mulher acaba com a necessária igualdade material
- Violação ao Princípio Constitucional da Isonomia.

Na previdência social, as mulheres representam 56,1% dos benefícios concedidos, e representa cerca de 51,2% do valor total pago, ou seja, o valor médio de benefício das mulheres é menor que o valor médio pago aos homens.

Há clara desigualdade material e extinção de direitos inerentes à condição de mulher no mercado de trabalho

# Desigualdade Homem e Mulher



Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios  
Elaboração: Dieese

# A mulher na PEC 287/2016

- Aposentadoria Rural
- Aumento de 10 anos de idade
- Obrigatoriedade de contribuição mensal
- Necessidade de no mínimo 25 anos de contribuição
- Necessidade de 49 anos de contribuição para aposentadoria integral

# Expectativa de vida x Sanidade

Diferença entre o aumento da expectativa de vida e a idade de sanidade de uma pessoa, que reflete até qual idade uma pessoa se mantém apta ao trabalho e o desenvolvimento de suas funções.

Expectativa média de vida de 75 anos = 63 anos de sanidade (OMS)

Fonte: [http://gamapserver.who.int/gho/interactive\\_charts/mbd/life\\_expectancy/atlas.html](http://gamapserver.who.int/gho/interactive_charts/mbd/life_expectancy/atlas.html)

<http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/05/expectativa-de-vida-no-mundo-aumenta-5-anos-entre-2000-e-2015.html>

# Regra de transição

*Idade: 50 anos se homem*

*45 anos, se mulher:*

*Pedágio:*

*Para aposentadoria por tempo de contribuição*

*I - 35 anos de contribuição, se homem, e 30 anos, se mulher, acrescidos de um período adicional de contribuição equivalente a 50% (cinquenta por cento) do tempo que, na data de promulgação desta Emenda, faltaria para atingir o respectivo tempo de contribuição; ou*

*Para aposentadoria por idade*

*II - 65 anos de idade, se homem, e 60 anos de idade, se mulher, e 180 meses de contribuição, acrescidos de período adicional de contribuição equivalente a 50% (cinquenta por cento) do tempo que, na data de promulgação desta Emenda, faltaria para atingir o número de meses de contribuição exigido.”*



# CONCLUSÃO

- A PEC 287/2016 é extremamente prejudicial ao trabalhador, traz um retrocesso social e viola o princípio da Dignidade Humana, Princípio da Isonomia e os Direitos Humanos.



**NÃO PODEMOS ACEITÁ-LA!!!!!!**

# Bibliografia

- GENTIL, Denise. Exposição sobre o “suposto déficit” no Congresso de Direito Previdenciário do IAPE em Recife.
- Previdência Reformar para Excluir – estudo completo realizado pela Anfip e Diese.
- Nota Técnica ANADEF/Presidência 2015-2017/n.º01/2017
- Nota Pública contra a publicação da PEC 287/2016 – Instituto dos Advogados Previdenciários - IAPE



**INSTITUTO DOS ADVOGADOS PREVIDENCIÁRIOS  
CONSELHO FEDERAL**

[site.iape.com.br](http://site.iape.com.br)